

## MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 42.389 SÃO PAULO

**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**RECLTE.(S)** : J.S.  
**ADV.(A/S)** : JOSE PAULO SEPULVEDA PERTENCE E  
OUTRO(A/S)  
**RECLDO.(A/S)** : JUIZ ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL DE SÃO  
PAULO  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS  
**BENEF.(A/S)** : NÃO INDICADO

### DECISÃO:

Vistos.

Cuida-se de reclamação constitucional, com pedido de liminar, ajuizada pelo Senador da República José Serra contra ato do Juiz Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, que teria usurpado a competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.

Segundo o reclamante,

“[n]a manhã do último dia 21, endereços do Senador da República JOSÉ SERRA foram alvo de medidas de busca e apreensão por determinação do Juízo da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo nos autos do procedimento 0600069-50.2020.6.26.0001.

O decreto inicia-se informando que ‘o referido procedimento investigatório foi instaurado para apurar as condutas noticiadas por Elon Gomes de Almeida, no qual há notícia de suposto cometimento de crime pelo Senador da República José Chirico Serra, consistente no recebimento de doações não registradas no ano de 2014’ (p. 2 do doc. 2).”

Em síntese, na visão da defesa,

“não obstante o decreto se reporte a doações eleitorais de 2014, o exame da decisão e das representações da Polícia Federal e do Ministério Público Eleitoral não deixam nenhuma dúvida de que o real propósito daquela apuração é investigar o

## RCL 42389 MC / SP

parlamentar por crimes supostamente praticados no desempenho de sua atividade como congressista e diretamente relacionados à função parlamentar, em manifesta usurpação da competência dessa Corte.”

Aduz, ainda, que,

“embora numa rápida análise o decreto pareça fazer crer que a investigação se refira a crimes “relacionados à campanha eleitoral de 2014 para o Senado Federal”, o teor da representação e do decreto demonstram que essa mesma investigação foi desvirtuada para também apurar fatos posteriores a 2015, ano que em que se inicia o mandato parlamentar de JOSÉ SERRA.”

Traz a notícia de que “o deferimento da busca ainda se reporta a um relatório policial juntado aos autos com informações de Projetos de Lei relativos à área da saúde datados de 2019 e 2020, anos de legislatura do reclamante!”

Afirmam que a autoridade reclamada chancelou a

“investigação e autorizando a devassa nos endereços do reclamante, inclusive em seu apartamento e escritório funcionais e até mesmo em seu gabinete nas dependências do Senado Federal<sup>3</sup> num verdadeiro movimento de **fishing expedition.**”

Em arremate, anota que “diante da expressa admissão de que estava investigando o parlamentar por alegados crimes no decorrer de sua atividade legislativa, caberia necessariamente ao Juízo reclamado prontamente encaminhar o feito ao STF (...)”

Por essas razões, pede a defesa o acolhimento da medida liminar para que seja “suspensa o inquérito nº 0000014-83.2019.6.28.0001 (IPL 41/2019) e todos os procedimentos a ele correlatos (...)”

No mérito, pleiteia, com a confirmação da liminar, a procedência da

## RCL 42389 MC / SP

ação para que seja avocado “o procedimento nº 0000014-83.2019.6.28.0001 (IPL 41/2019) e de todos a eles correlatos.”

É o relatório.

Decido.

Como visto, a presente reclamação foi ajuizada sob fundamento de usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a determinação pelo juízo reclamado de medida de busca e apreensão que autorizou a coleta de material relacionado ao exercício da atual função de congressista do reclamante, em clara usurpação da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.

**Reconheço, assim, a legitimidade ativa *ad causam* do reclamante para o manejo da presente ação, como instrumento constitucional apto à preservação da competência do STF e da garantia da autoridade de suas decisões (CF, art. 102, inciso I, alínea I).**

Consoante advertido pelo Ministro **Celso de Mello**,

“[e]sse **instrumento** formal de tutela, ‘que nasceu de uma construção pretoriana’ (RTJ 112/504), busca, portanto, em essência, ao lado de sua função como **expressivo meio de preservação da competência do Supremo Tribunal Federal**, fazer prevalecer, no plano da hierarquia judiciária, **o efetivo respeito aos pronunciamentos jurisdicionais emanados desta Suprema Corte (...)**” (Rcl nº 33.998-MC/MG, DJ e de 1º/7/19).

**Conheço, portanto, da presente reclamação.**

Nesse sentido, compete a esta Presidência velar pela intangibilidade das prerrogativas da Corte (RISTF, art. 13, I), a exemplo das suas competências constitucionais, e dos seus julgados, como desdobramento natural da atribuição presidencial de cumprir e fazer cumprir o regimento (RISTF, art. 13, III).

Assim, **zeloso quanto ao desempenho das altas funções institucionais do Supremo Tribunal Federal** e por reconhecer, na espécie, o **caráter de urgência do pedido**, que narra a existência de fatos que sugerem o desrespeito à competência da constitucional da Corte,

passo à análise da medida cautelar pleiteado, **reconhecendo, desde logo, a plausibilidade jurídica do direito vindicado neste juízo de cognição sumária.**

Isso porque, como apontou a defesa do reclamante, o referido procedimento investigatório contra ele foi instaurado “para apurar as condutas noticiadas por Elon Gomes de Almeida, em procedimento de colaboração premiada, “no qual há notícia de suposto cometimento de crime pelo Senador da República José Chirico Serra, consistente no recebimento de doações não registradas no ano de 2014.” (eDoc. 7)

Segundo sustentado, o reclamante foi alvo de mandado de busca e apreensão, onde, supostamente, estariam guardados documentos relacionados ao desempenho da sua atividade parlamentar atual de Senador da República.

A operação em questão, como visto, apura **fatos anteriores ao exercício do mandato atual de Senador da República.**

Não obstante a medida cautelar tenha sido determinada pela autoridade reclamada com escopo de coletar provas referentes a tais fatos, a **extrema amplitude da ordem de busca e apreensão**, cujo objeto abrange computadores e quaisquer outros tipos de meio magnético ou digital de armazenamento de dados, **impossibilita**, de antemão, a delimitação de documentos e objetos que seriam diretamente ligados desempenho da atividade típica do atual mandato do Senador da República.

Corroborando essa compreensão, veja o teor da decisão reclamada, que deferiu a medida, na parte que interessa:

“(…)

1. AUTORIZO a busca e apreensão com a finalidade de apreender quaisquer documentos ou outras provas relacionadas aos crimes eleitorais e de lavagem de dinheiro, incluindo registros contábeis, agendas, ordens de pagamento e documentos relacionados à manutenção de contas no Brasil e no exterior, em nome próprio ou de terceiros, dinheiro em moeda nacional ou estrangeira, veículos e documentos

indicativos da propriedade de bens (proveitos do crime), bem como computadores e quaisquer outros tipos de meio magnético ou digital de armazenamento de dados, quando houver suspeita de que contenham material probatório relevante, ficando desde já autorizado o acesso a todo o conteúdo dos aparelhos, incluindo acesso a quaisquer aplicativos de mensagens e comunicações telefônicas e telemáticas, bem como conteúdo armazenado em nuvens, dentre outros, com fundamento no art. 240, § 1º, alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f' e 'h' do Código de Processo Penal, nos endereços mencionados a seguir, expedindo-se mandados, com prazo de validade de 30 (trinta) dias, colhendo-se o CUMPRASE da Autoridade competente para os endereços de fora da Comarca concomitantemente ao cumprimento dos mandados:

A) JOSÉ CHIRICO SERRA (CPF: 935.659.688-34), situados na (...)" (eDoc. 7)

**Repare-se que a autoridade reclamada, decretou, ainda, o afastamento do sigilo do "conteúdo dos aparelhos, incluindo acesso a quaisquer aplicativos de mensagens e comunicações telefônicas e telemáticas, bem como conteúdo armazenado em nuvens (...)"**

**Inegável, portanto, que a situação evidenciada, eleva, sobremaneira, o risco potencial de sejam apreendidos e acessados documentos e informações relacionadas ao desempenho da atual atividade de Senador da República, com a indevida intromissão da autoridade reclamada, pelo menos neste primeiro exame, na competência constitucional do Supremo Tribunal Federal para analisar a medida.**

A jurisprudência deste Supremo Tribunal registra entendimento no sentido de que,

"se o local da ordem de busca e apreensão decretada pelo Juízo de Direito de 1ª Instância foi o gabinete ou a residência de parlamentar federal (com vistas à apreensão de elementos de

## RCL 42389 MC / SP

provas, em meio físico ou digital), admite-se que possa ter ocorrido desrespeito às prerrogativas parlamentares, à cláusula de reserva jurisdicional e ao princípio do juiz natural, que exigiam, desde logo, decisão do órgão jurisdicional constitucionalmente competente: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.” (Rcl nº 36571-MC, Relator o Ministro **Alexandre de Moraes**, DJe 2/9/19)

Bem ressaltou o Ministro **Alexandre de Moraes** na decisão paradigma

“[n]ão seria razoável ao juiz de 1º grau, que determinasse a colheita de provas na residência oficial ou no próprio local de trabalho de um parlamentar federal, ainda que sob a justificativa de investigar fato anterior ao mandato, violar a intimidade e a vida privada do congressista, no curso de investigação criminal conduzida por autoridade a qual falace tal competência, o que poderia subverter, por vias oblíquas, o desenho normativo idealizado pela Carta Política de 1988 para o processo e julgamento, pela prática de crimes comuns, dos detentores de mandatos eletivos federais.

Nesse cenário, descerra-se a real probabilidade de que os efeitos da decisão judicial reclamada – ainda que nela não se faça alusão explícita à atividade parlamentar – possam redundar na investigação, de maneira sub-reptícia, de pessoas que, em decorrência da função pública que desempenham na estrutura do nosso Estado Democrático de Direito, encontram-se sujeitas, com exclusividade, à jurisdição do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos termos do art. 53, §1º, c/c o art. 102, I, ‘b’, ambos da CF/1988.”

Não se pode perder de vista o relevante papel que os membros do Congresso desempenham na estrutura do nosso Estado Democrático de Direito. É por isso que a Constituição Federal, ao disciplinar as imunidades e prerrogativas dos parlamentares, “visa conferir condições materiais ao exercício independente de mandatos eletivos. Funcionam,

**RCL 42389 MC / SP**

dessa maneira, como instrumento de proteção da autonomia da atuação dos mandatários que representam a sociedade.” (Rcl nº 25.537, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Edson Fachin**, DJe 11/3/20)

Forte nessa compreensão e por vislumbrar de plano, neste juízo de cognição sumária, que a decisão da autoridade reclamada pode conduzir à apreensão e acesso de informações e documentos em desrespeito às prerrogativas parlamentares do reclamante, **defiro a liminar para suspender, até a análise do caso pelo eminente Relator**, toda a investigação deflagrada, em trâmite no Juiz Eleitoral da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo.

Por consequência, **todos os bens e documentos apreendidos deverão ser lacrados e imediatamente acautelados, juntamente com eventuais espelhamentos ou cópia de seu conteúdo, caso tenham sido realizados.**

Comunique-se, **com urgência**, solicitando informações à autoridade reclamada.

Após, vista à PGR.

Serve, esta decisão, como mandado.

Intimem-se.

Brasília, 29 de julho de 2020.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Presidente

(RISTF, art. 13, VIII)

*Documento assinado digitalmente*